

EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA PRESIDENTE DO SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL

A SER DISTRIBUIDA EM APENSO A ADIN 5794  
RELATOR MINISTRO EDSON FACHIN

FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES SINDICAIS DOS  
OFICIAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL / FESOJUS/BR, entidade Sindical de  
2º Grau, inscrita no CNPJ 27.261.750-0001-73, com sede  
administrativa na Cidade de Brasília/DF, na SCS, quadra 07, bloco A,  
torre do Pátio Brasil, décimo primeiro andar, sala 1115, entidade que  
representa todos os Sindicatos de Oficiais de Justiça do Brasil (nível  
nacional) conforme carta Sindical em anexo expedido pelo Ministério  
do Trabalho e Emprego, vem respeitosamente, por seu Advogado, com  
fundamento, nas disposições contidas nos artigos: 5º . “caput”, 37,  
“caput”, inciso XI e § 12, 102, “caput” e inciso I e alínea “a” e 103,  
“caput” e inciso IX, 146, “caput”, inciso III e alínea “a” e 149, “caput” da  
Constituição Federal, combinados com a Lei nº 9.868/ 99, propor a  
presente:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE**  
**(com pedido de medida liminar)**

Com vistas à declaração de inconstitucionalidade parcial da Lei.13.467 de 13 de julho de 2017, no que concerne à nova redação dada aos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da Consolidação das Leis do Trabalho, denominada REFORMA TRABALHISTA.

Esta petição se acompanha de cópia do ato impugnado (na forma do art. 3o , parágrafo único, da Lei 9.868/1999).

#### DA LEGITIMIDADE

A Federação é a única representante legal dos Sindicatos dos Oficiais de Justiça, e congrega todos os sindicatos de Oficiais de Justiça do Brasil, estando representada em mais 13 Estados da Federação, representando mais de 30 mil Oficiais de Justiça distribuídos pelo Brasil. Estando portanto legitimada para propor a Ação Direta de Inconstitucionalidade nos termos da Constituição Federal.

#### OBJETO DA AÇÃO

A presente ação tem por objeto a declaração de inconstitucionalidade da chamada reforma trabalhista consubstanciada nos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da Lei 13467/2017, cujo teor das normas impugnadas são as seguintes:

***LEI 13.467, DE 13 DE JULHO DE 2017 Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei n o 5.452, de 1 o de maio de 1943, e as Leis n o 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho.***

***“Art. 545. Os empregadores ficam obrigados a descontar da folha de pagamento dos seus empregados, desde que por eles devidamente autorizados, as contribuições devidas ao sindicato, quando por este notificados.***

***“Art. 578. As contribuições devidas aos sindicatos pelos participantes das categorias econômicas ou***

*profissionais ou das profissões liberais representadas pelas referidas entidades serão, sob a denominação de contribuição sindical, pagas, recolhidas e aplicadas na forma estabelecida neste Capítulo, desde que prévia e expressamente autorizadas.”*

*“Art. 579. O desconto da contribuição sindical está condicionado à autorização prévia e expressa dos que participarem de uma determinada categoria econômica ou profissional, ou de uma profissão liberal, em favor do sindicato representativo da mesma categoria ou profissão ou, inexistindo este, na conformidade do disposto no art. 591 desta Consolidação.”*

*“Art. 582. Os empregadores são obrigados a descontar da folha de pagamento de seus empregados relativa ao mês de março de cada ano a contribuição sindical dos empregados que autorizaram prévia e expressamente o seu recolhimento aos respectivos sindicatos.*

*“Art. 583. O recolhimento da contribuição sindical referente aos empregados e trabalhadores avulsos será efetuado no mês de abril de cada ano, e o relativo aos agentes ou trabalhadores autônomos e profissionais liberais realizar-se-á no mês de fevereiro, observada a exigência de autorização prévia e expressa prevista no art. 579 desta Consolidação.*

*“Art. 587. Os empregadores que optarem pelo recolhimento da contribuição sindical deverão fazê-lo no mês de janeiro de cada ano, ou, para os que venham a se estabelecer após o referido mês, na ocasião em que requererem às repartições o registro ou a licença para o exercício da respectiva atividade.”*

*“Art. 602. Os empregados que não estiverem trabalhando no mês destinado ao desconto da contribuição sindical e que venham a autorizar prévia e expressamente o recolhimento serão descontados no primeiro mês subsequente ao do reinício do trabalho.”*

Os dispositivos acima transcritos apresentam inconstitucionalidade material, por violação ao art. 8º, IV, bem como ao art. 149, ambos da Constituição Federal, ao exigir autorização prévia e

expressa para o desconto/recolhimento da contribuição sindical obrigatória, bem como por ter sido alterada por Lei Ordinária.

Como se sabe as prerrogativas dos sindicatos são indicadas pelo art. 8º, III, da CF/88: ***“Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas”.***

E para que os Sindicatos e Federações possam desenvolver sua ação destinada a atingir os fins para os quais foram constituídas devem ser assegurados os devidos meios. Um desses meios é uma fonte de custeio segura e efetiva, como a contribuição sindical obrigatória, sem essa contribuição o Trabalhador ficará vulnerável e sua proteção estará ameaçada pelos patrões, e conseqüentemente enfraquecerá todos os meios de defesa dos Trabalhadores.

#### HISTÓRICO

O antigo **“imposto sindical”** foi instituído pelo art. 138 da Constituição de 1937 e regulamentado pelo Decreto-Lei 1.402 de 1939, e pelo Decreto-Lei 2.337 em 1940, e passou a constar do texto original da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, vindo a receber a denominação de **contribuição sindical** *ex vi* do DecretoLei 27 de 14 de novembro de 1966 .

A Constituição de 1967 no §1º, art.159 reverberado no §1º do art. 166 da Emenda Constitucional de 1969 preservou como poder-dever sindical o múnus da representação de toda a categoria, independente de laço associativo de seus integrantes, acrescentando ao tributo instituído na norma infraconstitucional, a possibilidade de impor-lhes outras contribuições nos termos da CLT.

De tal forma, o antigo **imposto sindical** que em 1966 recebeu a denominação de **contribuição sindical** foi recepcionado e insculpido no Ordenamento Constitucional Tributário de 1988 no gênero de contribuição parafiscal, elencada no art. 149, na espécie “*de interesse das categorias profissionais e econômicas*”, a latere das ditas contribuições “*sociais*” ou “*de seguridade social*” (INSS, PIS, PASEP e outras) e das “*de intervenção no domínio econômico*”.

A Constituição da República de 1967 guindou o Código Tributário Nacional (Lei 5.172/66) ao status de Lei Complementar ao consigná-lo como instrumento necessário e exclusivo a reger as normas gerais de Direito Tributário. *Aequo modo*, a alínea “a” do inciso III do art.146 do ordenamento constitucional vigente preceitua caber à lei **complementar a instituição de tributos parafiscais**, suas definições, espécies, bases de cálculo, fatos geradores e contribuintes que devem ser processados em sede de lei complementar com as limitações constitucionais elencadas no art.150.

O Ilustre Professor e agora Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, nos leciona que:

*“A Constituição Federal reservou à lei complementar as matérias básicas de integração do Sistema Tributário Nacional. Em especial, o inciso II, do art. 146, estabelece competir à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar. Ressalte-se que essa previsão constitucional tem duas grandes características: a possibilidade de ampliação das restrições já previstas no texto constitucional e a impossibilidade de suprimir ou restringir as competências tributárias constitucionalmente deferidas” (MORAES, Alexandre de. Constituição do Brasil interpretada e legislação constitucional. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 1.717).*

Não há dúvidas quanto à natureza da contribuição sindical (antigo imposto sindical), seja tributo da espécie “*de interesse das categorias profissionais*”, inserido no gênero das contribuições parafiscais.

Neste sentido, importante registrar a lição do Ministro Relator Gilmar Mendes quem em julgamento do Agravo 1.018.459-PR, assim se posicionou:

***“...Para melhor entender a controvérsia, é imperioso distinguir a contribuição sindical, prevista na Constituição (art. 8º, parte final do inciso IV) e instituída por lei (art. 578 da CLT), em prol dos interesses das categorias profissionais, com caráter tributário (logo obrigatório) da denominada contribuição assistencial, também conhecida como taxa assistencial. Esta última é destinada a custear as atividades assistenciais do sindicato, principalmente no curso de negociações coletivas, e não tem natureza tributária. A questão encontra-se, inclusive, pacificada pela jurisprudência deste Supremo Tribunal, no sentido de que somente a contribuição sindical prevista especificamente na CLT, por ter caráter tributário, é exigível de toda a categoria, independentemente de filiação. Nesse sentido, registro os seguintes precedentes:...”***

Com efeito, a finalidade da contribuição sindical é defender os direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, ou seja, seu elemento finalístico é a representação sindical de qualquer natureza, e essa representação independe de autorização e/ou filiação, aliás os Sindicatos também defendem aqueles que não são filiados, isto quando realizam negociações coletivas onde toda a categoria é beneficiada independente de filiação ou não;

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 81, os interesses ou direitos coletivos são aqueles transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si. Portanto, tal

interesse/direito é indivisível dentro dessa coletividade, sob pena de ferir a finalidade da obrigação tributária.

## DO CARÁTER TRIBUTÁRIO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

Importante citar o Artigo 149 da Constituição Federal que diz o seguinte:

***Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, § 6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.***

De acordo com o dispositivo citado acima, São três as contribuições tributárias previstas no art. 149, quais sejam: as sociais, aquelas no interesse das categorias profissionais ou econômicas e as de intervenção do domínio econômico. As referidas contribuições são tributos destinados ao financiamento de gastos específicos, em razão de atividades especiais desempenhadas por determinadas entidades.

De acordo com Ives Gandra da Silva Martins(MARTINS, Ives Gandra da Silva. A Contribuição Sindical e sua natureza jurídica. VER. TST, Brasília, vol. 8, n. 1, mar 2015.), todas as contribuições enquadradas no art. 149, em todas as suas modalidades, têm natureza tributária:

***“Todas as contribuições enquadradas no art. 149, em suas três modalidades, têm natureza tributária (...). A “contribuição especial no interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas”, tem como nítido, claro e cristalino objetivo garantir a atuação de categorias profissionais e econômicas***

*em defesa dos interesses próprios destes grupos, ofertando, pois, a Constituição, imposição tributária que lhes garanta recursos para que possam existir e atuar. Essa é a natureza jurídica da contribuição, que fundamenta o movimento corporativo ou sindical no Brasil, na redação da Lei Suprema de 1988, constitucionalizada que foi sua conformação tributária. Não é mais uma contribuição parafiscal ou fora do sistema, mas uma contribuição tributária, com objetivo perfil na lei maior.”*

A contribuição Sindical tem caráter Tributário segundo a Jurisprudencia mansa e pacifica dos Tribunais, inclusive conforme já citado logo acima no voto do Ministro do STF, portanto, inquestionável que para sua alteração, necessário ter sido alterada apenas por Lei Complementar, de acordo com o Artigo 146, “caput”, inciso III e alíneas “a” e “b”, da Constituição Federal que diz o seguinte:

***“Art. 146. Cabe à lei complementar:***

***I - ...;***

***II - ...;***

***III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:***

***a) definição de tributos e de suas espécies, bem como, em relação aos impostos discriminados nesta Constituição, a dos respectivos fatos geradores, bases de cálculo e contribuintes;***

***b) obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributários;***

Verifica-se, pois, que sendo tributo, a competência de sua instituição ou não, é exclusiva da União, podendo, ainda, ser definido por Lei Complementar.

Ora, estabelece o artigo 59, da Constituição Federal “caput” e seus incisos II e III:

***“Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:***

***I - ...;***

***II - leis complementares;***

***III - leis ordinárias;”***

Enquanto a Lei Ordinária poderá ser deliberada por maioria de votos, desde que presente a maioria absoluta dos membros de Cada Casa Parlamentar (artigo 47 – C.F.), a Lei Complementar necessita da aprovação da maioria absoluta dos membros de Cada Casa (artigo 69 – C.F.).

Constata-se, pois, que constituindo-se a Contribuição Sindical em tributo, jamais poderia ter sido modificada por uma Lei Ordinária, mas somente por uma Lei Complementar.

O tributo arrecadado pelo sistema confederativo é subdividido entre os sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais e Governo Federal. Ou seja, nesse sistema piramidal, em que o sindicato está na base e a central está no topo, tem-se um organismo de subdivisão de tarefas para a proteção dos trabalhadores da base, assim como os valores arrecadados pelo Governo Federal são destinados ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

Inegável quanto a natureza tributária da Contribuição Sindical, o próprio Código Tributário Nacional prevê no Artigo 217 essa natureza tributária, vejamos o que diz a referida norma:

***“Art. 217. As disposições desta Lei, notadamente as dos arts 17, 74, § 2º e 77, parágrafo único, bem como a do art. 54 da Lei 5.025, de 10 de junho de 1966, não excluem a incidência e a exigibilidade I - da "contribuição sindical", denominação que passa a ter o imposto sindical de que tratam os arts 578 e seguintes, da Consolidação das Leis do Trabalho, sem prejuízo do disposto no art. 16 da Lei 4.589, de 11 de dezembro de 1964;***

Aliado ao código Tributário Nacional, ainda temos a exigibilidade do Artigo 8º da Constituição Federal que em seu inciso IV diz o seguinte:

***“Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:***

***I - ...***

***II - ...***

***III - ...***

***IV - a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;”***

Assim Nobres Ministros, qualquer alteração na natureza jurídica, que no caso, é natureza tributária deverá ser implementada por Lei Complementar de iniciativa exclusiva do Presidente da República nos termos do Artigo 61 da Constituição Federal, o que data máxima vênia no caso da Lei Impugnada não aconteceu, aliás é bom ressaltar Excelências que na origem do Projeto de Lei, não havia nenhuma iniciativa de se alterar os dispositivos ora impugnados, estes foram alocados no projeto como emendas dos parlamentares, portanto mesmo que fosse Lei Complementar esta estaria viciada pela falta de iniciativa presidencial.

#### O CABIMENTO DE MEDIDA CAUTELAR

A referida legislação já entrou em vigor em 11/11/2017, porém as contribuições sindicais são recolhidas pelos empregadores agora no mês de março de cada ano.

Para degustar dos benefícios da concessão de medida cautelar necessário a conjugação dos princípios consubstanciados no perigo da demora da prestação jurisdicional

(*periculum in mora*) e na plausibilidade jurídica da inconstitucionalidade alegada (*fumus boni juris*).

Resta demonstrado o *periculum in mora* o iminente prejuízo da representação sindical, principalmente, dos trabalhadores, em razão da possível escassez de recolhimento da contribuição sindical, eis que o mês de março já se avizinha e eventual não recolhimento causará grandes prejuízos para as entidades que congregam a REQUERENTE e a própria REQUERENTE que também tem sua subsistência ancorada na Contribuição Sindical.

O *fumus boni juris* está claramente demonstrado nesta exordial, na medida em que os dispositivos impugnados contrariam o texto constitucional ao condicionar o desconto da contribuição sindical obrigatória à autorização prévia e expressa, e a Constituição Federal determina que deve ser compulsória, e ainda sua alteração não poderia ter sido efetivada por Lei ordinária em razão de tratar-se de norma tributária.

Demonstrados os requisitos ensejadores das medidas cautelares se faz necessária a tutela de urgência nos termos do § 3º do art. 10 da Lei nº 9.868/99.

***“Art. 10. Salvo no período de recesso, a medida cautelar na ação direta será concedida por decisão da maioria absoluta dos membros do Tribunal, observado o disposto no art. 22, após a audiência dos órgãos ou autoridades dos quais emanou a lei ou ato normativo impugnado, que deverão pronunciar-se no prazo de cinco dias.***

***§ 1º O relator, julgando indispensável, ouvirá o Advogado-Geral da União e o Procurador-Geral da República, no prazo de três dias.***

***§ 2º No julgamento do pedido de medida cautelar, será facultada sustentação oral aos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato, na forma estabelecida no Regimento do Tribunal.***

**§ 3o Em caso de excepcional urgência, o Tribunal poderá deferir a medida cautelar sem a audiência dos órgãos ou das autoridades das quais emanou a lei ou o ato normativo impugnado.”**

O artigo 11 da mesma Lei diz o seguinte:

**“Art. 11. Concedida a medida cautelar, o Supremo Tribunal Federal fará publicar em seção especial do Diário Oficial da União e do Diário da Justiça da União a parte dispositiva da decisão, no prazo de dez dias, devendo solicitar as informações à autoridade da qual tiver emanado o ato, observando-se, no que couber, o procedimento estabelecido na Seção I deste Capítulo.”**

Desta forma, conforme demonstrado, necessário o deferimento da liminar ora requerida, para a suspensão dos efeitos da redação dada aos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da Consolidação das Leis do Trabalho, em evidente prejuízo a todas as entidades sindicais, e todos os trabalhadores em geral que terão prejudicados a sua representação em todos os níveis.

#### DOS PEDIDOS

Diante de todo exposto requer:

1 – Seja concedida, em decisão monocrática e *inaudita altera pars*, medida cautelar, nos termos do artigo 10, §3º, da Lei n. 9.868/1999, tendo em vista a excepcional urgência, para suspender a eficácia dos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho.

2 - que, ao final, seja julgado procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 545, 578, 579, 582, 583, 587 e 602 da Lei n. 13.467, de 13 de julho de 2017, que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho;

3 - ainda, a prévia oitiva da Exma. Sra. Procuradora Geral da República, a citação do Exmo. Sr. Advogado Geral da União, bem como dos representantes legais do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, para prestação de informações.

Dá a causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Nestes termos,  
Pede deferimento.

Brasília DF. 31 de Janeiro de 2018.

BELMIRO GONÇALVES DE CASTRO  
OAB/RO 2193